

## **A ABRANGÊNCIA DA LUTA PELA EDUCAÇÃO SUPERIOR DOS POVOS INDÍGENAS NA BAHIA**

Andressa Thaiany de Carvalho<sup>1</sup>  
Ângelo de Oliveira França<sup>2</sup>  
Pablo Rodrigo Fica Piras<sup>3</sup>

### **Resumo**

A luta pela recuperação da terra é uma saga que já dura mais de 500 anos, compondo uma problemática permanente, atual e presente, para a continuidade da identidade indígena, associada à produção agroecológica e relação não capitalista com a posse da terra. Na Bahia há 22 povos indígenas reconhecidos e outros que estão lutando pelo reconhecimento, sujeitos à precariedade com em que as instancias governamentais tratam estas demandas. Este trabalho procura analisar o impacto das estratégias de luta das comunidades indígenas da Bahia, especialmente a do acesso ao ensino superior. Entendemos que está ai se gestando uma condição para a concretização da emancipação, com superação da opressão e da exclusão, aumentando o engajamento e qualificando as lideranças locais, atuais e futuras.

**Palavras-chave:** jovens indígenas do Nordeste, PNE, ações afirmativas.

### **Introdução**

A luta pela recuperação da terra é uma saga que já dura mais de 500 anos, compondo uma problemática permanente, atual e presente, para a continuidade da identidade indígena, associada à produção agroecológica e relação não capitalista com a posse da terra. Embora na Bahia tenha 22 povos indígenas reconhecidos. Há outros que estão lutando pelo reconhecimento, sujeitas à precariedade com em que as instancias governamentais tratam estas demandas.

Este trabalho procura analisar o impacto das estratégias de luta das comunidades indígenas da Bahia, especialmente a do acesso ao ensino superior. Entendemos que está ai embutida uma condição para a emancipação, superação da opressão e a exclusão, aumentando o engajamento e qualificando as lideranças locais, atuais e futuras.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Bahia – UFBA, discente do curso de Fonoaudiologia e jovem Pankararu – Jatobá, [andressa.carvalho92@outlook.com](mailto:andressa.carvalho92@outlook.com)

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, discente do curso de Filosofia e jovem Kaimbé – Euclides da Cunha, [angelo\\_kaimbe@hotmail.com](mailto:angelo_kaimbe@hotmail.com)

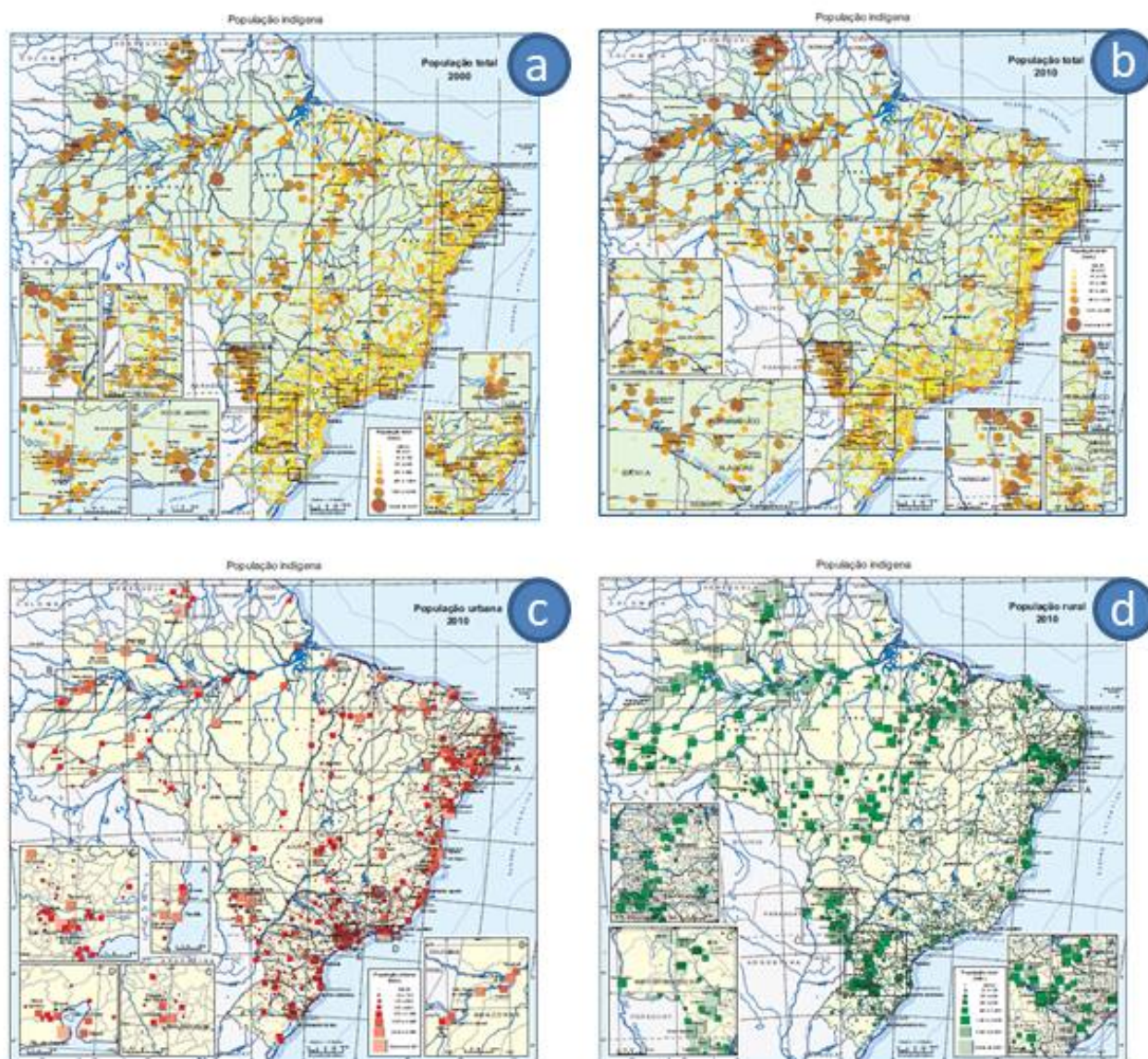
<sup>3</sup> UEFS, docente do Departamento de Tecnologia DTEC/UEFS, vice-presidente da Comissão Própria de Avaliação CPA-UEFS e tutor do grupo PET Engenharías, [pafipi@uefs.br](mailto:pafipi@uefs.br)

## Antecedentes

### Distribuição da população indígena no Brasil

As mais de trezentas etnias indígenas no Brasil tem ido aumentando a sua população, como pode ser verificado nos mapas nacionais publicados pelo IBGE a cada década (Figuras 1.a. e 1.b.). Esse aumento vem sendo verificado tanto entre a população urbana quanto entre a rural (Figuras 1.a. e 1.b.).

**Figura 1 – Distribuição dos assentamentos da população indígena no Brasil. 1.a.: população indígena, ano 2000; 1.b.: população indígena ano 2010; 1.c.: população indígena urbana, ano 2010; 1.d.: população indígena rural, ano 2010 (BRASIL/IBGE, 2010).**



## A saga dos povos indígenas no Nordeste

A causa indígena poderia ser espontaneamente abordada desde vários pontos de vista pertinentes: tipicamente de parte da gênese do pensamento latino-americano ou da original e quase privativa perspectiva ambiental. Mas nenhum destes é anterior nem é tão relevante para a manutenção das culturas indígenas como posse da terra.

Nem sempre foi assim.

Com a chegada dos europeus à região Nordeste, no século XVI, alguns povos eram nômades e o contato induziu a passagem do nomadismo ao sedentarismo. Mais adiante, a partir da metade do século XIX, a expansão da pecuária extensiva e a opção do poder político brasileiro foram permitindo que os territórios ocupados secularmente pelos indígenas fossem sistemática e implacavelmente mermados pela voracidade expansionista do modo de produção capitalista. Consequentemente, os povos originários do Nordeste brasileiro (e de todo o país) têm tido que se manter em permanente processo de organização para a luta reivindicativa. Antes do chamado “descobrimento” algumas das etnias pré-colombianas na América eram unicamente caçadoras e coletoras, notadamente nômades e foi somente com a chegada dos ibéricos à região que a ordem dos jesuítas, por motivos religiosos e de outras naturezas associadas, provocou a reunião e agrupamento desses grupos em aldeias. As restrições espaciais impostas pela colonização afastaram estes indígenas do litoral, onde ficavam os enclaves mais atraentes para a ocupação, produção e logística.

Nos anos 60, o povo Kaimbé iniciou a Retomada, que culminou com a recuperação parcial do seu território histórico, na aldeia Massacará, município de Euclides da Cunha. Neste vai-e-vem, um conflito germinal e particularmente agudo é o que transcorre em torno da concepção da terra, que a cultura indígena considera parte de um todo existencial harmonioso. Por exemplo, os artesanatos expressam esta proximidade, diferenciam-se naturalmente entre as produções de diferentes etnias, de acordo à localidade e dão uma clara imagem de arraigo, em conformidade com o entorno.

Assim, a expulsão dos indígenas e a degradação ambiental são duas caras da mesma situação. A exclusão da posse da terra, através de procedimentos baseados na força, que ainda se mantém, e por momentos crescem em número e intensidade, coincidem em todos os matizes com o direito positivo, mediante o qual é sistematicamente reforçada a discriminação

que aos indígenas é imposta na vida diária, principalmente porque não preenchem o estereótipo idealizado pela sociedade não indígena: a essência recorrente da ação contra os povos indígenas é a criminalização de seu modo de vida. Todos os povos indígenas sofrem desta segregação institucional prolongada, alguns mais, outros menos. Este trabalho se originou na aproximação entre o Grupo PET Engenharias e a aldeia Kaimbé no povoado de Massacará, município de Euclides da Cunha, Bahia e procura analisar a presença dos jovens indígenas nas instituições de ensino superior, vis-à-vis as características gerais do quadro destas instituições. Trata-se de um aprofundamento marcadamente interdisciplinar, vocacionado pela melhoria do ensino superior.

### A ampliação do acesso ao ensino superior

A Lei 12.711 veio para ampliar o acesso à educação superior a pessoas com deficiência e jovens autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção pelo menos igual à respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população dessa unidade da Federação da instituição, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas esta obrigatoriedade aplica-se somente a Instituições Federais de Educação Superior. As Universidades Estaduais Baianas implantaram voluntariamente regras desse tipo. Conforme o Censo 2010 do IBGE, dos 190.755.799 milhões de pessoas que soma a população brasileira, 817.963 mil são indígenas, agrupados em 305 diferentes etnias.

### **Metodologia**

Os dados coletados dos povos indígenas na Bahia foram obtidos de entrevistas e fontes secundárias (Sampaio, 2010).

As entrevistas foram feitas com estudantes moradores da residência indígena da UEFS, lideranças indígenas do estado e pesquisadores com trajetória no tema.

Os dados secundários foram coletados de portais web relacionados, a partir dos quais foram feitos os cálculos de taxa líquida de jovens matriculados na universidade (CIMI, S.d.; Brasil/IBGE, S.d.).

Os dados coletados do ensino superior baiano são resultado de um processo de recopilação paulatina da Comissão Própria de Avaliação da universidade (Brasil/MEC, S.d.).

Cada universidade gesta o sistema de cotas de acordo com políticas próprias. Por isso o número de estudantes indígenas podem variar de uma instituição para outra, a proximidade com as aldeias também influenciam de forma significativa nesse quadro.

O cálculo das vagas estaduais e federais levou em consideração universidades, faculdades, centros universitários e institutos.

A taxa líquida se refere ao número de estudantes que estão em um curso superior, comparado com o total de jovens entre 18 e 24 anos dessa mesma amostra. No cálculo dela, usaram-se projeções que o IBGE realiza, com base em informações do Censo Demográfico 2010 (Brasil/IBGE, s.d.). A base de referência para a população atual do estado da Bahia é de 15,1 milhões de pessoas (2015).

Há uma dificuldade grande em dispor de um número exato dos estudantes indígenas nas universidades: trata-se de um valor oscilante e difícil de definir.

Para calcular a proporção de estudantes indígenas com respeito ao total de população jovem indígena, foram feitas estimativas parecidas com as dos cálculos com o ensino superior na Bahia. A atenção ficou restrita ao ensino superior público, pois consideramos que, em média, a renda das famílias dos estudantes indígenas não está permitindo que eles estudem em universidades particulares, que aparentemente têm menos ações afirmativas (ou são menos abrangentes, ou não as têm, ou não se preocupam por tê-las), pela inexistência de rentabilidade a elas associada.

## **Resultados e discussão**

### Povos indígenas na Bahia

No estado há um contingente de 56.800 indígenas, agrupados em 22 etnias reconhecidas formalmente (além das que ainda lutam pelo reconhecimento institucional), que são as seguintes: Tupinambá, Pataxó, Pataxó Hã-hã-hã-e, Kiriri, Tuxá, Tumbalalá, Atikum, Pankararé, Kaimbé, Pankaru, Pankararú, Xucuru-Kariri, Kariri-Xóco-Fulni-o, Fulni-o, Potiguara, Tapuia, Kambiwá, Kapinawál, Xacriabá, Payayá, Kantaruré e Tuxi.

Quadro 1: Vagas oferecidas, candidatos inscritos e ingressos nos Cursos de Graduação presenciais da Bahia, 2013

	Total Geral			Universidades			Centros Universitários, Faculdades e IFs		
	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Ingressos	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Ingressos	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Ingressos
Pública	24.999	294.729	21.755	23.159	241.192	20.118	1.840	53.537	1.637
Federal	12.999	175.373	11.068	11.159	121.836	9.431	1.840	53.537	1.637
Estadual	12.000	119.356	10.687	12.000	119.356	10.687	0	0	0
Privada	131.939	235.786	66.191	18.350	25.251	8.825	113.589	210.535	57.366
<b>Total</b>	<b>156.938</b>	<b>530.515</b>	<b>87.946</b>	<b>41.509</b>	<b>266.443</b>	<b>28.943</b>	<b>115.429</b>	<b>264.072</b>	<b>59.003</b>

Fonte: CPA-UEFS, c.p..<sup>4</sup>

Este conjunto expressivo se articula em torno do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia – MUPOIBA, entidade que reúne 143 comunidades indígenas no estado.

Estes povos estão distribuídos em 33 municípios (Abaré, Banzaê, Belmonte, Buerarema, Camacã, Camamu, Cocos, Cotegipe, Curaçá, Euclides da Cunha, Glória, Ibotirama, Itajudo Colônia, Itamaraju, Itapebi, Lauro de Freitas, Monte Santo, Morro do Chapéu, Muquém de São Francisco, Olivença, Pau Brasil, Paulo Afonso, Porto Seguro, Prado, Quijingue, Rodelas, Santa Cruz Cabrália, Serra do Ramalho, Sobradinho, Uma, Utinga e Vitória da Conquista).

Quadro 2: Matrículas nos Cursos de Graduação de oferta regular nas UEBA's, por grau de formação e modalidade, 2011

Universidade	Licenciatura		Sub-Total	Bacharelado		Sub-Total	Total
	Presencial	EaD		Presencial	EaD		
UEFS	2.611	0*	2.611	3.727	0	3.727	6.338
UESB	3.320	NI	3.320	4.728	NI	4.728	8.048
UESC	1.948	1.328	3.276	3.922	0	3.922	7.198
UNEB	12.099	2.391	14.490	6.127	901	7.028	21.518
<b>Total</b>	<b>19.978</b>	<b>3.719</b>	<b>23.697</b>	<b>18.504</b>	<b>901</b>	<b>19.405</b>	<b>43.102</b>

Fonte: CPA-UEFS, c.p..<sup>5</sup>

\*A UEFS instalou a sua primeira experiência EaD em Pintadas, licenciatura, posteriormente a esta consolidação.

<sup>4</sup>CPA-UEFS, Comissão Própria de Avaliação da Universidade Estadual de Feira de Santana: comunicação pessoal, relatório em elaboração, com informações baseadas na base INEP.

<sup>5</sup> CPA-UEFS, comunicação pessoal, informações preparadas para a colaboração com o Fórum das Comissões Próprias de Avaliação das Universidades Estaduais da Bahia, relatório no prelo.

Pela distribuição de municípios onde as aldeias estão localizadas e a distribuição dos campi universitários, pode inferir-se que a maioria dos estudantes indígenas precisará de moradia e alimentação na instituição recebedora, para realizar os estudos regularmente.

A informação coletada nas entrevistas é que, na Universidade Estadual de Feira de Santana UEFES, há 75 estudantes indígenas matriculados em 2017, esse contingente já foi bem maior em outras épocas, chegando a beirar os 100 estudantes indígenas espalhados em vários cursos diferentes. Desses, agrupam-se em 10 etnias, a maioria são da Bahia, as demais de estados vizinhos, como Pernambuco, Alagoas e Minas Gerais.

### Ensino superior na Bahia

Quanto às vagas estaduais e federais, no ano de 2013 ingressaram 21.755 novos estudantes à educação superior baiana, para 24.999 vagas oferecidas (Quadro 1).

Dois anos antes, o conjunto das quatro Universidades Estaduais da Bahia (UEBAs) tinha 43.102 regularmente matriculados, somando ensino presencial e à distância, considerando bacharelados e licenciaturas (Quadro 2).

Esta quantidade de jovens matriculados no ensino superior pode ser relativizada, de forma a analisar que proporção do total está tendo acesso, parâmetro considerado internacionalmente na hora de comparar os avanços das políticas públicas na inclusão das populações na formação profissional de nível universitário.

Como referência para esta comparação, citamos a Lei 13.005 de 2014, o Plano Nacional de Educação:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014).

Tomando os dados do Quadro 1, sabemos que em 2013 ingressaram 10.687 jovens nas UEBAs e 11.068 nos IFES. Do Quadro 2 sabemos que o total de matriculados nas UEBAs em 2011 foi de 43.102 pessoas, número que não deve ter aumentado nem diminuído muito, por causa da quase inexistente expansão dos cursos nas instituições estaduais neste período. Dai, podemos dizer que há um fator de, aproximadamente, 4 para a razão entre matriculados totais

em uma instituição (e no conjunto delas) e ingressantes. Desta forma, se totalizamos 21.755 ingressantes em 2013 no ensino superior baiano. Aplicando a esse número de ingressantes o fator 4,0, teremos uma estimativa de aproximadamente 87.740 matriculados no ensino superior baiano, em média nestes anos recentes.

No caso da Bahia, a partir dos dados do Censo Demográfico (Brasil/IBGE, s.d.) podemos inferir que a proporção de jovens entre 18 e 24 anos aproxima-se de 16,4% (uma média entre os gêneros, porque é maior entre mulheres, 16,5%, do que em homens, 16,3%). Desta forma, o número total de baianos com idades entre 18 e 24 anos, em 2015, 2.476.400 habitantes, quase dois milhões de meio.

Agora, fazendo um quociente entre os 87.740 e os quase dois milhões e meio, chegamos a que 3,5% dos jovens está estudando em uma instituição pública ou está passando por ela, entre os 18 e os 24 anos, no estado da Bahia.

Levando em conta o ensino privado, essa proporção de jovens estudantes com respeito ao total de jovens sobe para 14,3%.

### Os povos indígenas no ensino superior baiano

Estimando o número de estudantes indígenas nas instituições baianas, das nove universidades e dois institutos baianos, se têm registros ou estimativas de número de estudantes indígenas matriculados em apenas sete delas (Quadro 3).

Quadro 3: número de estudantes indígenas matriculados no ensino superior baiano

<b>universidade baiana</b>	<b>núm. de estudantes</b>
UFBA (Salvador, V. Conquista)	82
UEFS (Feira de Santana)	75
UFSB (Itabuna, Porto Seguro, Teixeira de Freitas)	24*
UNEB (Salvador e 24 campi no interior)	20*
UESC (Ilhéus)	15*
UESB (Vitória da Conquista)	10*
UFRB (Cruz das Almas e mais 4 campi em outras cidades interioranas)	54**
<b>total estimado</b>	<b>280</b>

(\*número estimado em entrevistas; \*\*número estimado a partir do ENEM/SISu)

Já foi dito antes que a população total indígena na Bahia é de 56.800 habitantes. Mantendo a proporção de 16,4% (nos indígenas essa proporção provavelmente é maior,



porque tem uma média populacional mais jovem). Com esses pressupostos podemos então calcular a quanto correspondem os 280 estudantes indígenas matriculados, resultando em 3,0% dos estimados 9.315 jovens indígenas na Bahia entre 18 e 24 anos, menos que os 3,5% e os 14,3%, taxas líquidas dos jovens baianos que estão em ensino superior público e privado, respectivamente. Deve ressaltar-se que isto apresenta que a proporção de ensino público no total é de 25%, distante também dos 40% que a meta 12 do PNE coloca para 2024 (Brasil, 2014).

Apesar das suposições e aproximações aqui adotadas, em grande medida pela falta de informações detalhadas, fidedignas e disponíveis, entendemos que estes resultados são ostensivamente elucidativos das condições desiguais em que concretiza o acesso dos jovens indígenas ao ensino superior. Não temos no momento um levantamento a respeito do perfil profissional das escolhas de curso, nem das taxas de retenção e evasão, mas há indícios delas serem também diferentes do total.

## **Conclusão**

De acordo com os dados coletados e cálculos realizados, a taxa líquida dos jovens indígenas nas universidades baianas é de 3,0%, inferior a 14,3%, de todos os jovens baianos, que já é distante dos 33% almejados no PNE para o ano 2024. Este antecedente parece indicar que as ações afirmativas de acesso precisam ser reavaliadas. Conforme depoimentos, após a dificuldade do ingresso, dentro da universidade os problemas aumentam, em grande medida associados ao preconceito. Com o advento da miscigenação, não é possível que o indígena conserve o estereótipo fenotípico equivocadamente associado de olho puxado, cabelo liso, pele amarronzada, mas isto não é parâmetro de negação da identidade indígena, pois ela está ligada a elementos mais essenciais como, por exemplo, a ligação com a terra, a preservação de costumes específicos e a ligação com o território. A presença do indígena na universidade e em outros setores da sociedade é importante para desconstruir tais estereótipos e fortalecer as comunidades nos vários aspectos que a formação superior propicia. A luta pela autossustentabilidade das comunidades no marco da agricultura familiar sem agredir o meio ambiente, transcorre concomitantemente com o combate à discriminação e ao desconhecimento que há na sociedade com relação aos povos indígenas e suas práticas. O aumento e diversificação de jovens indígenas no ensino superior brasileiro pretende contribuir à qualificação da luta dos povos indígenas e a tornar a sociedade brasileira mais inclusiva, cidadã, republicana e justa,

princípios que norteiam as atividades do PET Engenharias no âmbito do Programa de Educação Tutorial PET/MEC.

### Referências Bibliográficas

- BRASIL. (2012). Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em 24 de fevereiro de 2017.
- BRASIL. 2014. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em 03 de abril de 2017.
- BRASIL/IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). S.d.. Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.
- BRASIL/MEC (Ministério da Educação).S.d.. Sistema de seleção unificada ENEM/SISu. Disponível em <http://sisu.mec.gov.br/>. Acesso em 03 de abril de 2017.
- CIMI (Conselho Indigenista Missionário). S.d.. Povos indígenas no Brasil. Disponível em [http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=paginas&conteudo\\_id=5742&action=read](http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=paginas&conteudo_id=5742&action=read). Acesso em 04 de junho de 2017.
- PINHO, A. (2017b). Universidades adotam vestibular específico para alunos indígenas. Folha de São Paulo, 9 de setembro de 2017. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/09/1917029-universidades-adotam-vestibular-especifico-para-alunos-indigenas.shtml>. Acesso em 10 de setembro de 2017.
- PINHO, A.. (2017a). Unicamp propõe vestibular indígena cotas e 20% das vagas pelo SiSU. Folha de São Paulo, 31 de agosto de 2017. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/08/1914614-unicamp-propoe-vestibular-indigena-cotas-e-20-das-vagas-pelo-sisu.shtml?cmpid=menupe>. Acesso em 10 de setembro de 2017.
- SAMPAIO, J. A. L.. 2010. História e presença dos povos indígenas na Bahia. Disponível em [http://www.anai.org.br/povos\\_ba.asp](http://www.anai.org.br/povos_ba.asp). Acesso em 02 de junho de 2017.